

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

AGU lança portal para responder a dívidas de órgãos públicos.....2

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Novos arranjos do mercado de trabalho trazem desafios para a Previdência.....3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit com MEI e trabalhador por plataforma é estimado em R\$ 2 tri.....5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

INSS suspende programa para reduzir filas por falta de recursos (Paralisação).....6

FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regime do lucro presumido poderá ser afetado com reforma tributária.....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A justiça fiscal começa quando a renda deixa de ser punida - VISÃO DO DIREITO.....9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad apresenta a Lula opções para compensar a queda da MP do IOF.....11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Correios anunciam reestruturação e projetam lucro somente em 2027.....13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para BC, momento requer taxa de juros elevada.....15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

TCU aceita recurso, e governo pode mirar piso da meta fiscal.....16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

FMI vê Brasil com dívida bruta de 91,4% do PIB este ano.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad vê economia global em águas desconhecidas.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Haddad apresenta a Alcolumbre proposta para resgatar pontos da MP alternativa ao IOF
.....21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BC vê melhora em expectativas de inflação, ainda que lenta.....23

AGU lança portal para responder a dívidas de órgãos públicos

Guilhernie Pimenta De Brasília

A Advocacia-Geral da União (AGU) lança nesta quinta-feira (16) um portal único que permitirá o pagamento de dívidas de até R\$ 136,7 bilhões de empresas e pessoas físicas com agências reguladoras e órgãos públicos.

O projeto prevê o pagamento de débitos pendentes junto a autarquias e órgãos públicos, inscritos em dívida ativa, de uma só vez, chamado "Resolve Dívidas AGU". Hoje, as negociações são individuais, o que deixa o processo mais burocrático e não incentiva o pagamento, segundo o governo.

Além de regularizar o passivo, a medida é uma iniciativa do governo para elevar o caixa principalmente no próximo ano, com o intuito de auxiliar no cumprimento da meta de superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

No primeiro momento, somente dívidas não tributárias serão incluídas no programa, mas o governo quer, até o fim do ano, também possibilitar a negociação dos débitos tributários.

Não haverá a realização de descontos por enquanto, até a regularização da transação de pequeno valor, que deve sair até dezembro. Embora deixe o programa menos atrativo, fontes do governo avaliam que somente a possibilidade de concentrar o pagamento em um portal único já pode ser um incentivo para quem tem dívidas.

De acordo com a AGU, no modelo de pagamento tradicional, adotado atualmente, uma Guia de Recolhimento da União (GRU) é emitida e o pagamento só pode ser feito no Banco do Brasil. No novo modelo, os débitos poderão ser pagos via Pix.

Até o final do ano passado, segundo o Balanço Geral da União (BGU), as maiores dívidas são, na seguinte ordem, com: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatei), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Banco Central do Brasil (BCB), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A expectativa do governo é que esse seja um primeiro passo de um amplo programa de regularização de dívidas, que visará elevar a arrecadação no próximo ano, em uma espécie de Programa de Transação Integral ampliado, que foi anunciado em agosto, durante o envio do Orçamento 2026 ao Congresso.

O PTI, lançado ano passado, envolve a negociação de dívidas tributárias por grandes empresas com a **Receita Federal** e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Para o próximo ano, o Ministério da Fazenda anunciou que o governo ampliará o PTI para possibilitar também a negociação das dívidas não tributárias.

Na ocasião, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, explicou que a expansão do PTI para dívidas não tributárias foi um pedido das próprias empresas ao governo, já que há casos nos quais a companhia quer negociar dívidas junto a agências reguladoras, além das tributárias.

Até o fim do ano, o governo quer instituir um balcão único de negociação, que também vai abranger as dívidas tributárias. O que está pendente, segundo apurou Valor, é quem coordenará as negociações, já que órgãos diferentes estarão envolvidos, como PGF, Receita e a própria PGFN.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250808>

Novos arranjos do mercado de trabalho trazem desafios para a Previdência

Lucianne Carneiro Do Rio

Novos arranjos de trabalho, em que não há contribuição previdenciária ou ela se dá em nível inferior ao de outras posições, ao lado da informalidade característica do mercado no Brasil, tornam ainda mais claros os desafios na Previdência no país, apontam economistas.

Levantamento feito a pedido do Valor pelos pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) Janaína Feijó e Paulo Peruchetti mostra que apenas 34,4% dos trabalhadores por conta própria contribuíam para Previdência no segundo trimestre de 2025. As informações vêm dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A parcela é ainda menor entre aqueles sem CNPJ - que são a maioria no grupo dos conta própria -, de 18,8%. Entre os conta própria com CNPJ, a fatia de contribuição é de 76,9%, mas parte deles é de microempreendedores individuais (MEI), com alíquota menor de contribuição. Os trabalhadores por conta própria respondem por 25,2% da população ocupada.

Além do MEI, outra mudança no mercado de trabalho nos últimos anos foi o avanço dos trabalhadores de plataformas digitais, seja de motoristas de aplicativos de transporte, seja de entregadores de comida.

Nesse grupo de colaboradores de plataformas digitais, o levantamento mostra que o percentual de contribuição é de 27,8%. Para o cálculo, Feijó e Peruchetti usaram os microdados da Pnad Contínua e replicaram metodologia do Banco Central para estimar a participação desses trabalhadores.

Na média da população ocupada, indicador para o qual existem dados para o trimestre até agosto, o percentual de contribuição é bem maior 65,9%. O patamar é recorde da série histórica da pesquisa, graças ao avanço do emprego formal. Isso mostra que, apesar do maior patamar já registrado, mais de três a cada dez trabalhadores não fazem qualquer contribuição para Previdência.

"A fatia de contribuintes à Previdência é baixa e isso é

ainda mais intenso entre os trabalhadores por conta própria. Cada vez mais se vê pessoas acima de 60 anos 110 mercado de trabalho para complementar renda. Esses novos arranjos comprometem o sistema de previdência e é preciso pensar em alternativas", afirma Janaína Feijó.

Os dados do levantamento, diz Peruchetti, sugerem um dado preocupante do nível de contribuição previdenciária, com "heterogeneidade grande entre os grupos". Um dos pontos de preocupação apontado por ele é o dos trabalhadores em plataformas digitais. Se ajudam no consumo e na atividade econômica, como mostrou o BC, por outro têm baixo de nível de contribuição previdenciária.

"Não é uma questão de criticar ou não os trabalhadores por plataformas digitais, mas o contingente apresenta crescimento exponencial e a contribuição média fica abaixo de 30%. Isso obviamente gera um problema à frente."

A parcela de trabalhadores por conta própria com CNPJ-na qual os MEIs estão incluídos-avançou de 4,8% no segundo trimestre de 2016 para 6,8% no segundo trimestre de 2025. Na avaliação do especialista em previdência Rogério Nagamine Constanzi, tanto os MEIs quanto os trabalhadores de plataformas digitais se enquadram no contexto de usar a pejotização como mecanismo para gerar evasão de contribuição patronal.

"Existe um discurso nos dois casos de que não são relações de emprego. Só que gera um problema de financiamento e desequilibra ainda mais a Previdência. Isso acentua uma questão que já existia antes com a pejotização", diz.

Um movimento observado com o MEI, segundo os especialistas, é que parte deles vinha de vagas formais antes. Dessa forma, saíram de postos de trabalho onde as contribuições para a previdência eram maiores e passaram a contribuir com uma parcela menor da renda. "Em setores como serviços e comunicação, muitos MEIs atuavam antes como trabalhadores formais. A função é a mesma, mas muda o arranjo de trabalho", diz Feijó.

No regime do MEI, o percentual de desconto para **INSS** é de 5%, ante 20% do trabalhador autônomo. No

setor formal, a contribuição é de até 14% do empregado, a depender da faixa salarial, mais a do empregador.

"A contribuição previdenciária do MEI é um quarto daquela feita pelo autônomo. Isso é insustentável. É uma questão que precisa ser enfrentada, uma área para a qual o governo deveria olhar com mais cuidado", afirma o professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) João Saboia, que acrescenta que os MEIs são uma iniciativa positiva ao buscar aumentar a formalização do emprego, mas que há "um problema claro a ser equacionado".

Os números do levantamento mostram que o rendimento médio dos trabalhadores contribuintes da Previdência é maior que entre aqueles que não contribuem. Na média das pessoas ocupadas, o valor é de R\$ 4.183 por mês no primeiro grupo e de R\$ 2.073 no segundo grupo. O mesmo perfil é observado entre quem trabalha por conta própria (R\$ 4.446 e R\$ 2.174, respectivamente), especialmente no subgrupo sem CNPJ (R\$ 3.343 e R\$ 1.901).

"O contribuinte da Previdência tem, em média, renda de quase o dobro daquele que não contribui. A possibilidade de contribuição está associada à renda, à capacidade de o trabalhador organizar o orçamento para garantir a contribuição", nota o professor da UFRJ.

A informalidade não é um fenômeno novo no mercado de trabalho brasileiro, mas os MEIs e os trabalhadores de plataformas digitais trazem mais trabalhadores para esse grupo, seja com baixa contribuição previdenciária, seja com sua ausência total, diz o professor do Insper e da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) Naercio Menezes Filho.

Na sua leitura, há uma parcela dos trabalhadores que pode escolher entre uma vaga formal e outra informal, especialmente num mercado aquecido. Muitas vezes, o empregador oferece a possibilidade de um pacote formal de trabalho, com carteira assinada, e outro pelo MEI.

A curto prazo, pondera, o setor formal é mais rígido e tem a remuneração descontada por **impostos**, enquanto o informal oferece mais flexibilidade e uma renda líquida maior. Essa escolha pesa mais entre os trabalhadores de menor renda, mas também aparece entre os de maior renda e mais instruídos.

Aí entra o que o economista chama de "impaciência dos brasileiros", especialmente das novas gerações, que traz consequências para a sociedade e para a

manutenção de um sistema de previdência. "Muitos acreditam que vão conseguir mais felicidade trabalhando por conta própria, como MEI ou motorista de aplicativo. Só que as pessoas envelhecem e vão perdendo a capacidade de trabalhar por conta própria. Se está numa empresa, o trabalhador tem a chance de uma carreira pela frente. [O conta própria] é uma decisão errada do ponto de vista temporal", diz.

O problema vai além apenas do financiamento da aposentadoria, alertam os especialistas, principalmente no caso dos trabalhadores de plataformas, mais sujeitos a acidentes de trabalho. "A contribuição garante outros direitos, como auxílio-doença e licença-maternidade. Os benefícios não se restringem à aposentadoria no futuro", lembra Feijó.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Novos arranjos do mercado de trabalho trazem desafios para a Previdência

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250808>

Déficit com MEI e trabalhador por plataforma é estimado em R\$ 2 tri

O déficit atuarial dos microempreendedores individuais (MEIs) e dos trabalhadores de plataformas digitais deve chegar a R\$ 2,052 trilhões no futuro, mostra estimativa do ex-subsecretário do Regime Geral de **Previdência Social** Rogério Nagamine Constanzi. A maior parte do valor se refere aos microempreendedores individuais, os MEIs (R\$ 1,894 trilhão), enquanto um pouco menos de 10% (R\$ 157,6 bilhões) cabe ao segundo grupo.

Os números do déficit e a baixa contribuição previdenciária desses trabalhadores, apontam especialistas, justificam a necessidade de uma revisão das regras para os MEIs e a criação de regulação que viabilize contribuição das plataformas digitais e de seus trabalhadores.

"O mercado de trabalho está mudando e a regulamentação terá que se adaptar a esses novos formatos. É possível e até positivo que seja algo mais flexível, mas precisa também garantir proteção e financiamento da previdência", afirma Constanzi.

No caso dos MEIs, o déficit previsto ainda pode aumentar se for aprovado o Projeto de Lei Complementar 67, de 2025, que aumenta de R\$81 mil para R\$ 150 mil o limite de receita bruta anual para enquadramento como MEI.

O desafio da regulação para trabalhadores por plataformas digitais é mundial. No Brasil, ainda não há regulação na área e há decisões distintas de tribunais sobre a existência ou não de vínculo em-pregatício, entre outros aspectos do trabalho. O tema agora está no Supremo Tribunal Federal (STF).

No ano passado, o governo apresentou o Projeto de Lei 12, para assegurar direitos trabalhistas e previdenciários, mas a tentativa de regularização foi rechaçada até mesmo pelos próprios trabalhadores. O projeto segue em tramitação na Câmara dos Deputados, sem previsão de ir à votação.

Nova proposta de normas para o funcionamento de serviços de transporte individual de passageiros e de entrega operados por plataformas digitais foi apresentada em julho, o Projeto de Lei 152.0 texto prevê, entre outras questões, contratos por escrito para as relações de trabalho e de prestação de serviço das plataformas digitais com usuários e trabalhadores.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem trabalhado de forma intensa sobre o tema desde 2023 e definiu, em junho, pela criação de uma convenção e de recomendações para trabalho decente na economia de plataforma.

A previsão é concluir os documentos até 2026, com objetivo de assegurar condições dignas e proteção social para os trabalhadores mediados por plataformas.

A União Europeia determinou novas diretrizes sobre o tema, que devem ser colocadas em prática pelos países-membros até o fim de 2026. O texto estabelece que as plataformas têm mecanismos de controle e direção sobre motoristas e entregadores e que os países devem ter instrumentos para proteger o trabalhador.

Professor da Universidade Autônoma de Madri e pesquisador da Rede Internacional de Conhecimento e Análise Socioeconômica Comparada da Informalidade (In-seai), Julimar da Silva Bichara afirma que não há como fugir do impacto das mudanças nas relações de trabalho na Previdência.

"De 2022 para 2025, o número de trabalhadores de aplicativos passou de 28 milhões para 43 milhões na União Europeia. A maioria é de pessoas jovens que não contribuem para a **previdência social**. Isso obviamente diminui o ingresso de recursos. A regulamentação busca organizar isso."

Espanha e Portugal têm legislações mais avançadas neste quesito, diz ele, enquanto outros países são mais reticentes em regular este mercado. (LC)

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250808>

INSS suspende programa para reduzir filas por falta de recursos (Paralisação)

Victor Correia +

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Gilberto Waller Junior, determinou a suspensão do programa criado pelo governo federal para reduzir a fila no acesso aos benefícios e aposentadorias.

Em ofício enviado ao Ministério da Previdência, Waller Junior solicitou um valor de R\$ 89,1 milhões para retomar o trabalho, que deve ser remanejado do orçamento da pasta. O Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB) paga um bônus a servidores que concluem processos extras, além de suas metas.

O programa visa reduzir a grande fila no **INSS**, com mais de 2,63 milhões processos em andamento. Ele foi criado em abril deste ano por meio de Medida Provisória (MP), e transformado em lei em setembro.

A medida paga um bônus de R\$ 68 por processo extra concluído por servidores e de R\$ 75 por perícia médica. Para receber os valores, os profissionais devem estar em dia com suas metas usuais, e não podem dever horas. O programa tinha um orçamento de R\$ 200 milhões para este ano.

Segundo o ofício enviado pelo **INSS** ao Ministério da Previdência, a suspensão é temporária e necessária devido à falta de recursos para o programa.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/10/7271773-inss-suspende-programa-para-reduzir-filas-por-falta-de-recursos.html>

Regime do lucro presumido poderá ser afetado com reforma tributária

A **reforma tributária** instituiu dois novos **tributos** sobre o consumo: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que passarão a ser devidos de forma gradual a partir de 2027.

No caso das empresas sujeitas ao regime do lucro presumido, cuja apuração tem como base a receita bruta, é possível que haja discussão quanto à inclusão dos novos **tributos** na base de cálculo do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O lucro presumido é uma forma simplificada de apuração do IRPJ e da CSLL, aplicável a empresas cuja receita bruta anual não ultrapasse R\$ 78 milhões. A sistemática consiste em aplicar percentuais fixos de presunção sobre a receita bruta, variando conforme o setor econômico.

A legislação determina que receita bruta corresponde apenas a ingressos que se incorporam de forma definitiva ao patrimônio da empresa, não se incluindo **tributos** cobrados destacadamente, do comprador ou contratante pelo vendedor dos bens ou pelo prestador dos serviços na condição de mero depositário.

Esse raciocínio se conecta com a lógica da **reforma tributária**. O IBS e a CBS serão cobrados "por fora", sem incidir sobre si próprios, diferentemente do que acontece com o ICMS e o ISS, que hoje são calculados "por dentro" e integram o preço do produto ou serviço.

Esse desenho reforça a inadequação de considerar tais **tributos** como "receita bruta" para cálculo do IRPJ/CSLL. Se nem mesmo são acrescidos no preço da mercadoria ou do serviço, sendo destacados de forma autônoma, considerá-los como receita da empresa contraria o objetivo da **reforma tributária**.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O STF já enfrentou discussões sobre o que constitui receita para fins de tributação. O caso mais emblemático é o Tema 69 da repercussão geral (RE 574.706/PR), em que a Corte decidiu pela exclusão do

ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

No julgamento, os ministros decidiram que receita ou faturamento correspondem apenas aos ingressos financeiros que se incorporam de forma definitiva ao patrimônio da empresa, afastando-se quantias que o contribuinte arrecada em nome de terceiros, como o ICMS.

O STJ, porém, ao julgar o Tema nº 1240 de Recursos Repetitivos, entendeu que o ISS compõe a base de cálculo do IRPJ e da CSLL quando apurados na sistemática do lucro presumido.

A distinção feita pelo STJ pautou-se no entendimento de que o lucro presumido seria um benefício concedido aos contribuintes; e que a intenção do legislador seria simplificar a sistemática de apuração do IRPJ/CSLL no regime, impedindo quaisquer deduções, tais como **impostos**, custos das mercadorias ou serviços, despesas administrativas ou financeiras.

A despeito deste julgado, o STJ não analisou detidamente os dispositivos de lei que tratam da base de apuração do lucro presumido (art. 12, §4º do Decreto-Lei nº 1.598/1977). Além disso, a própria natureza indireta do ISS o diferencia do IBS/CBS, o que pode levar o tribunal a revisitar a discussão, agora com foco nos novos **tributos**.

Outro elemento que diferencia o entendimento do STJ em relação ao IBS/CBS é a criação do split payment, criado pela **reforma tributária**.

Nesse sistema, os valores correspondentes ao IBS/CBS serão retidos pela instituição financeira que operar o pagamento e direcionados à Receita, sem transitar pelas contas do vendedor/prestador de serviços.

Diferentemente do modelo dos **tributos** indiretos "por dentro", em que o contribuinte recebia a integralidade do preço e depois recolhia o imposto, o split payment desloca a arrecadação para o momento da liquidação financeira da operação.

Para as empresas no lucro presumido, optante pela apuração pelo regime de caixa, então, o split payment traz um argumento adicional no sentido de que o

IBS/CBS de fato não integram a sua receita bruta, pois sequer chegam a ser recebidos por ela.

A inclusão do IBS e da CBS na receita bruta poderia trazer efeitos extremamente negativos para estas empresas, como:

Diante disso, é possível que haja a judicialização ampla do tema, com fundamentos já sedimentados no Tema 69 do STF e na própria lógica de simplificação trazida pela **reforma tributária**, que podem servir para superação do Tema 1240 do STJ.

A manutenção desses **tributos** na base do IRPJ e da CSLL implicaria tributar riqueza inexistente, afrontando princípios constitucionais como a capacidade contributiva e a coerência do sistema tributário.

Trata-se de tese relevante, com impactos financeiros expressivos e que, à semelhança do que ocorreu com o ICMS e o PIS/COFINS, certamente será objeto de intensos debates nos próximos anos.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-e-esse/2025/10/regime-do-lucro-presumido-podera-ser-afetado-com-reforma-tributaria.shtml>

A justiça fiscal começa quando a renda deixa de ser punida - VISÃO DO DIREITO

BRUNO DANTAS

Não foi por acaso que a Constituição de 1988 consagrou o princípio da capacidade contributiva. Ele é um dos pilares da ordem fiscal justa, orientando a tributação segundo a aptidão econômica de cada cidadão. Tributar é uma necessidade do Estado, mas essa cobrança deve respeitar limites constitucionais, morais e sociais. O que se arrecada não pode ultrapassar aquilo que a realidade econômica permite, e muito menos comprometer a dignidade de quem paga.

A omissão na atualização da tabela do Imposto de Renda da pessoa física ao longo dos últimos anos contrariou frontalmente esse princípio. Enquanto a **inflação** reduzia o poder de compra, o limite de isenção permanecia estagnado, empurrando para a base do sistema milhares de brasileiros que não tinham renda real acrescida. O sistema passou a tributar não a riqueza acumulada, mas o esforço de manter o mínimo diante da corrosão monetária. A cada exercício fiscal sem reajuste, aprofundava-se uma distorção que parecia técnica, mas era essencialmente constitucional.

Essa anomalia foi naturalizada por tempo demais. A ausência de reação institucional permitiu que se consolidasse um modelo regressivo, em que os que menos têm passaram a arcar

com parcela crescente da carga tributária. E o mais grave: sob o pretexto de manutenção da estrutura fiscal, esvaziou-se o conceito de justiça na arrecadação. O que deveria ser uma política de equilíbrio tornou-se uma engrenagem de punição silenciosa da renda do trabalho.

Foi com esse entendimento que, em 2014, quando eu estava na presidência do Conselho Federal da OAB, a entidade propôs a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5096, que levou ao Supremo Tribunal Federal o debate sobre a constitucionalidade da omissão em corrigir a tabela do IRPF. A tese era clara: a ausência de correção monetária anual, em linha com a **inflação**, violava a legalidade tributária, o princípio da isonomia e o respeito ao mínimo existencial. Foi sustentado, com base na Constituição, que tributar sem atualizar os parâmetros era uma forma indireta de confisco.

A ADI 5096 materializou uma atuação institucional importante da OAB sobre o tema. Ao levar ao Supremo Tribunal Federal a discussão sobre a ausência de correção da tabela do Imposto de Renda, a entidade posicionou-se de forma clara e técnica na defesa da coerência entre a prática arrecadatória e os limites constitucionais. Foi uma iniciativa que conferiu densidade jurídica a um problema historicamente ignorado pelo

Estado. A provocação ao STF visava afirmar que o sistema fiscal não pode ser capturado pela inércia, tampouco pela conveniência orçamentária. O contribuinte não pode arcar com os custos da omissão legislativa, nem pode ser transformado em alvo preferencial da máquina arrecadatória.

Essa iniciativa não buscava protagonismo, tampouco privilegiar uma categoria. Tratava-se de um gesto institucional em defesa da coerência entre o texto constitucional e a prática tributária. A tabela desatualizada representava mais do que um equívoco técnico: ela simbolizava a falência de um pacto. E quando o Estado ignora seus próprios limites, cabe às instituições constitucionais atuar.

Agora, em 2025, o debate em torno da ampliação da faixa de isenção ressurgiu com maior força, diante da iminência de sua aprovação no Congresso Nacional. É uma vitória importante, ainda que tardia. E é também a confirmação de que a crítica jurídica apresentada pela OAB, há mais de uma década, não apenas se sustentava: era necessária. A pauta amadureceu, e os fundamentos que a originaram permanecem válidos. Corrigir a tabela é uma forma de devolver racionalidade ao sistema e, principalmente, restituir justiça ao contribuinte.

A justiça fiscal não pode ser episódica. Ela precisa ser estruturante. Exige um modelo progressivo, estável e transparente. A arrecadação deve ser instrumento de financiamento do Estado, não mecanismo de desigualdade institucionalizada. É fundamental que a **legislação tributária** reflita a realidade da sociedade e que os mecanismos de correção sejam automáticos, previsíveis e vinculados a parâmetros técnicos.

Corrigir a tabela do Imposto de Renda não é um benefício. É dever do Estado. E reconhecer a omissão

não é admitir erro, mas reconhecer que a Constituição exige mais do que silêncio diante da injustiça. O que a OAB fez ao provocar o Supremo foi colocar esse dever em movimento. E o que o país faz agora, ao rever os critérios de isenção, é um passo necessário para que a tributação volte a se alinhar ao princípio da capacidade contributiva.

A justiça fiscal começa quando a renda deixa de ser punida. Quando o salário não é confundido com privilégio. Quando a sobrevivência não é tratada como base de cálculo. Quando as garantias constitucionais são levadas a sério. E quando o sistema tributário se reconcilia com sua razão de existir: financiar o Estado com equidade, não explorar o contribuinte por conveniência política.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/16/all.pdf>

Haddad apresenta a Lula opções para compensar a queda da MP do IOF

ALVARO GRIBEL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu ontem no final do dia com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar um cardápio de medidas para tentar compensar a queda da Medida Provisória 1.303, que sequer foi votada pela Câmara na semana passada e perdeu a validade. Com a derrota, a equipe econômica perdeu cerca de R\$ 20 bilhões em receitas previstas para o ano que vem e R\$ 15 bilhões em redução de gastos.

Entre as propostas sobre a mesa, há medidas que já constavam da MP, mas que podem ser apresentadas na forma de projetos de lei (mais informações nesta página). Além disso, atos que dependem apenas do Poder Executivo, como a assinatura de decretos, estão entre as possibilidades, como um novo aumento nas alíquotas de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), conforme mostrou o Estadão. Segundo Haddad, a decisão final caberá ao presidente.

Na terça-feira, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Haddad afirmou que a derrubada da MP deixou o Orçamento de 2026 desequilibrado e que, com a falta de recursos, haveria consequências para o País, incluindo o corte de emendas parlamentares, que podem passar de R\$ 7 bilhões.

"Não é questão simples para resolver; então, se a gente tiver uns dias para verificar, primeiro, se há uma possibilidade, como vários senadores colocaram aqui, de revisitar esses temas", disse Haddad. Segundo ele, taxar bancos, bets e bilionários só são injustiças "na cabeça de quem é mal-informado".

Com o impasse - além das discussões sobre a elaboração de um calendário de emendas -, a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, prevista para a terça-feira, foi adiada para a semana que vem, segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP).

TRIBUTAÇÃO DAS BETS. Na quinta-feira da semana passada, a bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara dos Deputados apresentou um projeto de lei para aumentar de 12% para 24% a cobrança de imposto sobre o ganho das bets. A medida atinge a

receita das empresas, preservando o ganho dos apostadores.

A principal mudança contida na MP, porém, era a limitação das compensações tributárias por parte das empresas. Pelas contas da Fazenda, isso seria capaz de gerar um aumento de receitas de R\$ 10 bilhões em 2026. A proposta pode voltar agora por meio de um projeto de lei. Segundo a Fazenda, há empresas usando a compensação tributária mesmo quando não há documentos comprovando arrecadação.

Com a medida, o documento será obrigatório. Além disso, a empresa ficará vedada de compensar crédito de PIS/Co-fins quando o tributo não tem relação com a atividade econômica do contribuinte.*

Medidas de compensação em estudo pelo governo

* Tributação das bets

Na quinta-feira passada, a bancada do PT na Câmara dos Deputados apresentou um projeto de lei para aumentar de 12% para 24% a cobrança de imposto sobre o ganho das bets. A medida atinge a receita das empresas, mas preserva o ganho dos apostadores.

* Compensação tributária

A principal medida contida na medida provisória era a limitação das compensações tributárias, por parte das empresas. Pelas contas da equipe econômica, isso seria capaz de gerar um aumento de receitas de R\$ 10 bilhões em 2026.

A proposta pode voltar agora por meio de um projeto de lei. Segundo a Fazenda, hoje há empresas usando a compensação tributária mesmo quando não há documentos comprovando arrecadação.

Com a medida, o documento será obrigatório. Além disso, a empresa ficará vedada de compensar crédito de PIS/Cofins quando o tributo não tem relação com a atividade econômica do contribuinte.

* Fintechs

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou na semana passada que o governo vai insistir na tributação do sistema financeiro, sobretudo as fintechs.

O tema tem colocado de lados opostos os grandes bancos e os bancos digitais, que cresceram nos últimos anos pagando menos **impostos** e não tendo custos com agências físicas. Hoje, os bancos pagam 20% de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), enquanto as fintechs pagam 9%. A proposta original do governo era subir a cobrança das fintechs para 15%. Após acordo na Comissão Mista que analisou a MP no Congresso, o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), concordou em estabelecer alíquota de 18% para todos.

* Novo aumento do IOF

Em conversa com parlamentares antes mesmo da queda da MP 1.303, Haddad havia sinalizado que o governo poderia voltar a subir alíquotas de IOF. A medida tem duas vantagens para o governo: aumento direto de arrecadação, além de depender apenas da edição de um decreto, sem a necessidade de votação pelo Legislativo.

O risco da ideia, contudo, como mostrou o economista Felipe Salto em entrevista ao Estadão, é de o tema ser judicializado e cair no Supremo Tribunal Federal (STF).

* Cortes de gastos

A equipe econômica também avalia formas de rerepresentar medidas contidas na MP sobre cortes de gastos, entre elas a limitação orçamentária para o pagamento do seguro-defeso, o prazo máximo de 30 dias de validade para o auxílio-doença sem ser concedido de forma presencial, por meio do Atestmed, e a inclusão dos gastos do Pé-de-Meia no piso da Educação.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Correios anunciam reestruturação e projetam lucro somente em 2027

ALVARO GRIBEL FLÁVIA SAID

O presidente dos Correios, Emmanoel Rondon, confirmou ontem que a estatal busca a captação de empréstimos de R\$ 20 bilhões com instituições financeiras, com garantias do Tesouro, para tentar normalizar a operação da estatal. Segundo ele, porém, o objetivo é voltar a ter lucro apenas em 2027. De janeiro a junho deste ano, a estatal registrou um prejuízo de R\$ 4,4 bilhões. Desde 2022, a empresa acumula resultados negativos todos os anos.

"A operação de crédito visa reequilibrar a empresa nos anos de 2025 e 2026. Ter tempo de adotar as medidas que começam a impactar em 2026, para em 2027 a gente conseguir iniciar um ciclo de balanço no azul. Ou seja, lucro em 2027", afirmou. O crédito é negociado com bancos públicos, Caixa e Banco do Brasil, e privados. O governo Lula retirou a estatal do plano de privatizações elaborado pelo governo Jair Bolsonaro (mais informações na pág. B2).

Rondon, que concedeu entrevista coletiva na sede da empresa, em Brasília, afirmou que as despesas dos Correios vêm crescendo a um ritmo anual de 6% ao ano, incluindo a inflação, mas que a estatal precisa reverter esse quadro e reduzir gastos.

Segundo ele, um dos focos será a implementação de um novo Programa de Desligamento Voluntário (PDV), além da promessa de venda de imóveis da estatal que hoje estão ociosos e que geram custos de manutenção.

"O PDV anterior levou a um desligamento de 3,5 mil funcionários, o que vai nos gerar uma economia anual de R\$ 750 milhões a partir do ano que vem. O (novo) PDV está sendo tratado de forma cuidadosa, para ver onde tem ociosidade, não de forma linear, para não perder operacionalidade", afirmou.

Em outra frente, Rondon disse que o empréstimo busca reestruturar a companhia financeiramente, quitando débitos com fornecedores, além de dar fluxo de caixa para operações do dia a dia. "Precisamos normalizar a operação e renegociar contratos com fornecedores, para que a gente consiga ter retorno na qualidade dos nossos serviços", afirmou.

Ele não deu detalhes sobre a garantia que será dada

pelo Tesouro Nacional para o empréstimo de R\$ 20 bilhões. "A operação está sendo negociada, sim, com garantia da União. O rito de concessão passa pela Secretaria do Tesouro Nacional. Então, eu não consigo falar exatamente qual o rito legal para eles poderem fazer essa aprovação", disse.

APORTE EMERGENCIAL. Há pouco mais de um mês, em um complemento ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do próximo ano enviado ao Congresso, o governo admitiu que poderia ser obrigado a fazer um aporte emergencial na companhia. No documento, o governo classificou o risco de subvenção aos Correios como "possível", quando a chance não é tão alta, mas é considerável -em uma escala que varia entre risco remoto (o mais baixo), possível e provável (o mais alto).

O aporte aconteceria com dinheiro do Tesouro Nacional e cobriria a necessidade de investimentos ou outras despesas em razão de problemas de caixa. "A ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) poderá continuar a ter um agravamento da situação econômico-financeira, seguindo tendência observada nos últimos dois exercícios", afirmou o governo no documento.

Logo depois do envio da mensagem ao Congresso, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Duri-gan, disse que o Executivo tinha "muita reticência" à ideia de fazer aportes nos Correios e que essa seria uma alternativa de "último caso".

CRÉDITO. No final de junho, os Correios tomaram um empréstimo com bancos privados no valor de R\$ 1,8 bilhão. "Esse empréstimo foi um capital de giro. Ele tem um prazo de realização curto. Então, é um empréstimo que a gente tem a primeira parcela vencendo em janeiro. Ele é quitado no ano de 2026", disse o presidente da estatal.

Rondon afirmou não haver correlação entre as duas operações: "São duas negociações separadas. Com o sindicato de bancos que estava um pouco atrás. Pode ou não coincidir as instituições financeiras que participaram de um de outro".

O presidente dos Correios acrescentou que a empresa está com déficit de caixa "já há alguns meses". "E isso afeta a nossa operação. E é essa urgência que a

gente está querendo tratar, que tem a normalidade no pagamento de fornecedores e, com isso, a normalidade da operação", disse.

"O objetivo é de recuperação da empresa, recuperação estrutural para que a gente tenha uma nova empresa funcionando em parâmetros de estabilidade e de tranquilidade no futuro próximo", afirmou.

PÓS-PANDEMIA. Rondon apresentou o que chamou de diagnóstico do setor de serviços postais no mundo. Ele citou empresas do Canadá, dos Estados Unidos e da Índia, que também têm registrado prejuízos. Já entre os países em que o resultado é positivo, listou França, Japão e China. E argumentou que há, hoje, "um ambiente concorrencial bem mais robusto do que a gente tinha no passado", acelerado pela pandemia.

"As empresas que conseguirem se adaptar ao novo ambiente e ter eficiência operacional têm mais condição de gerar resultado positivo, competir no mercado, trabalhar com a encomenda, ainda prestando serviços de universalização."

Segundo ele, a empresa não se adaptou de forma ágil à nova realidade, no pós-pande-mia, "e essa falta de adaptação fez com que sofresse em termos de resultado, em termos de geração de caixa, em termos da operação em si". "Nos últimos anos, o que vem acontecendo com a empresa, e isso vem de forma crescente, é que a perda de competitividade vem fazendo com que tenha perda de receita. Essa perda de receita impacta o caixa." colaborou DANIEL WETERMAN/BRASÍLIA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Para BC, momento requer taxa de juros elevada

O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Nil-ten David, disse ontem que a autarquia nunca está em uma situação confortável, mas que o atual momento tanto no Brasil como no mundo está gerando uma incerteza maior. "Continuamos a dizer isso consistentemente desde janeiro; as incertezas sobre o cenário externo, sobre a geopolítica, e sobre fatores domésticos (estão maiores)", disse.

De acordo com ele, esse contexto somado às expectativas desancoradas - **inflação** fora da meta - exige uma taxa de juro mais restritiva por mais tempo, afirmou. Atualmente, a taxa básica de juros, Selic, está em 15% ao ano. "O BC precisa se posicionar, sendo percebido como estando na posição menos arriscada que é, neste caso, ter uma política monetária mais apertada do que seria se não tivéssemos as expectativas desancoradas, e por um tempo mais prolongado do que se não tivéssemos essas incertezas."

Ele proferiu palestra em evento do Goldman Sachs, paralelamente às reuniões anuais do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e G-20, em Washington, nos Estados Unidos.

DESACELERAÇÃO. Já o diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central, Paulo Picchetti, afirmou também ontem que o cenário-base da instituição é de uma desaceleração da atividade econômica, mas não a ponto de levar a uma recessão.

Segundo Picchetti, o crédito está fazendo sua parte na transmissão da política monetária. De acordo com ele, já é possível notar, inclusive, uma diminuição do apetite por risco dos bancos para fazer novos empréstimos, o que reforça a mensagem de que a política monetária restritiva está funcionando.

"Há um fluxo negativo em termos de fluxos financeiros de famílias e empresas, o que significa que as pessoas estão pagando suas dívidas em um grau maior do que estão fazendo novos empréstimos", afirmou, durante apresentação em seminário do JPMorgan, também em Washington. *

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TCU aceita recurso, e governo pode mirar piso da meta fiscal

Guilherme Pimenta De Brasília

O ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU), aceitou um recurso do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e suspendeu temporariamente a decisão que determinou ao governo mirar o centro da meta fiscal, e não o limite inferior, na hora de contingenciar recursos do Orçamento.

Segundo despacho assinado no início da noite desta quarta-feira (15), a decisão fica suspensa até a análise pelo plenário do TCU do recurso interposto pelo governo.

No início da tarde de ontem, conforme antecipou o Valor PRO, serviço de notícias em tempo real do Valor, o governo recorreu da decisão por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), ao defender que a União permaneça autorizada a considerar como parâmetro de cumprimento da meta fiscal o limite inferior do seu intervalo de tolerância, conforme tem sido feito desde o ano passado, o primeiro de vigência do novo arcabouço fiscal.

Na peça, defendeu que a decisão que determinou mirar o centro da meta fiscal na hora de contingenciar recursos resultaria em "grave risco à execução das políticas públicas" ainda este ano, e pediu que a corte de contas analisasse o recurso com urgência. Segundo o governo, caso a decisão seja mantida, teria de contingenciar R\$ 30,2 bilhões ainda neste ano.

No despacho, Zymler também esclarece que eventual negativa do recurso, no julgamento do mérito, "não levará este relator a propor a responsabilização dos agentes públicos envolvidos, relativamente à execução orçamentária do corrente ano", tendo em vista a complexidade da matéria e opiniões divergentes dentro do próprio TCU, entre os técnicos da corte.

No fim de setembro, o tribunal havia definido, em acórdão, que "a adoção do limite inferior do intervalo de tolerância, em substituição ao centro da meta de resultado primário, como parâmetro para a limitação de empenho e movimentação financeira, re-vela-se incompatível com o regime jurídico-fiscal vigente". Assim, técnicos do governo avaliaram que era preciso passar a mirar o centro da meta na hora de contingenciar.

Para 2026, por exemplo, o centro da meta fiscal sugerida ao Congresso é de um superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o que equivale a cerca de R\$ 34,3 bilhões. Caso seja obrigado a mirar o centro da meta, o congelamento de recursos teria de ser muito superior ao praticado atualmente.

Este ano, por exemplo, o centro da meta é de déficit zero. Atualmente, como não há recursos contingenciados, a decisão do TCU, caso mantida posteriormente pelos ministros, levaria o governo a congelar R\$ 30,2 bilhões até o final do ano - o próximo relatório bimestral de despesas e receitas será publicado em 22 de novembro.

No despacho na noite desta quarta-feira, Zymler reconhece que há "impossibilidade prática de se proceder a novo contingenciamento" para atingir o centro da meta deste ano, tendo em vista que a execução orçamentária já está em outubro.

Como já há R\$ 12,1 bilhões bloqueados no Orçamento deste ano, caso a decisão seja mantida, o valor total congelado somaria R\$ 42,3 bilhões - o valor atinge também emendas parlamentares.

Antes de protocolar o recurso, integrantes da equipe econômica se reuniram tanto com Zymler, relator, como com o presidente do TCU, Vital do Rêgo. Quando proferiu a decisão, em setembro, integrantes do governo criticaram o tribunal publicamente.

Segundo a AGU, que foi subsidiada pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Secretaria de Orçamento Federal, "uma mudança abrupta de entendimento, além de gerar prejuízos materiais às políticas públicas, também gera insegurança jurídica quanto ao parâmetro que deverá ser adotado na elaboração dos próximos relatórios bimestrais".

De acordo com o recurso, ao considerar como critério o centro da meta, "com base em argumentos de índole econômica, relacionados à suposta credibilidade fiscal", o TCU deixa de indicar o fundamento legal para deixar de atingir o limite inferior.

A equipe econômica sustenta que a decisão força o governo a "promover limitações de empenho e movimentação financeira em patamares superiores ao

que seria estritamente necessário para atingir a meta fiscal (considerando-se o parâmetro correto, qual seja, o limite inferior do intervalo de tolerância)".

"Assim, existe o risco grave de, ainda na execução orçamentária de 2025, a União ter que contingenciar montantes além do estritamente necessário, prejudicando a execução de políticas públicas que terão seus recursos limitados por uma interpretação da LDO desprovida de amparo legal e, possivelmente, inconstitucional", sustentou o governo no recurso, que apontou omissões e contradições na decisão do TCU.

Juridicamente, o governo sustenta que a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), quando os dispositivos são combinados, determinam que "a execução das programações orçamentárias é a regra", enquanto a limitação de empenho e movimentação financeira "é a exceção".

Assim, de acordo com o governo, o contingenciamento deve buscar o cumprimento da meta. Como a legislação considera a meta cumprida até o limite inferior, a União justifica, portanto, que o congelamento de recursos deve se limitar ao mínimo necessário.

"Há um poder-dever dos agentes públicos em expedir atos de limitação de empenho e movimentação financeira, mas um poder-dever que há de ser exercido nos estritos limites da lei", defendeu o governo no recurso.

Relatou entendeu que não há tempo hábil para um congelamento que vise a meta este ano

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250808>

FMI vê Brasil com dívida bruta de 91,4% do PIB este ano

Sergio Lamucci De São Paulo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a dívida pública bruta do Brasil vai subir de 87,3% do **PIB** em 2024 para 91,4% do **PIB** neste ano, alcançando 98,1% do **PIB** daqui a cinco anos. É um número bem acima da média projetada pelo FMI para a média dos emergentes neste ano, de 73,9% do **PIB**, segundo números do Monitor Fiscal, divulgado nesta quarta-feira.

Nas novas previsões do Fundo, o endividamento bruto brasileiro terá uma trajetória um pouco melhor do que a projetada em abril. Há seis meses, o FMI esperava um indicador de 92% do **PIB** neste ano e a estabilização em 99,4% do **PIB** em 2030.

No relatório que veio a público nesta segunda-feira, além de reduzir a estimativa de 2025 para 91,4% do **PIB**, a previsão para o fim da década recuou para a casa de 98% do **PIB**, número que deverá ser atingido em 2028 - nos dois anos seguintes, o percentual ficará praticamente estável, em 98,2% do **PIB** em 2029 e 98,1% do **PIB** em 2030.

A dívida bruta de 91,4% do **PIB** prevista para o Brasil neste ano é a quarta maior de um grupo de 38 países emergentes para os quais há projeções disponíveis. Aparecem à frente apenas o Bahrein, com 142,5% do **PIB**, a Ucrânia, com 108,6% do **PIB**, e a China, com 96,3% do **PIB**. O endividamento bruto é um dos principais indicadores de solvência das contas públicas acompanhados por especialistas.

O critério do FMI para calcular a dívida bruta do Brasil é diferente do usado pelo Banco Central (BC) brasileiro.

Nas contas do FMI, entram na conta os títulos do Tesouro na carteira do BC; já na metodologia da autoridade monetária, esses papéis não são contabilizados. Pelo critério brasileiro, a dívida bruta do país ficou em 77,5% do **PIB** em agosto.

O relatório não alterou as projeções para o resultado primário (que exclui gastos com juros) em relação às estimativas de abril. O FMI espera que haja um déficit de 0,6% do **PIB** neste ano e de 0,4% do **PIB** em 2026. A partir de 2027, o resultado fica no azul, com um superávit de 0,3% do **PIB**, que sobe até alcançar 1,4%

do **PIB** em 2030, ano mais distante para o qual o Fundo faz previsões. As projeções são para o governo geral, que no critério da instituição engloba União, Estados e municípios, sem considerar estatais.

As estimativas para o déficit nominal (que inclui gastos com juros), por sua vez, ficaram bastante próximas às feitas em abril. O FMI espera que o rombo nominal do governo geral fique em 8,4% do **PIB** neste ano, um pouco acima do 8,5% do **PIB** esperado há seis meses.

Já a média dos emergentes para o indicador deve ficar em 6,3% do **PIB** em 2025, de acordo com o Fundo. O resultado nominal é o que define a dinâmica da dívida pública, sendo composto pelo resultado primário e pelos gastos com juros, que se aproximam de 8% do **PIB** no caso do Brasil. Isso se deve a uma dívida elevada sobre o qual incidem juros muito altos.

Na terça-feira, o Fundo anunciou as novas projeções de crescimento para a economia global. No caso do Brasil, o FMI elevou a estimativa de 2025 para 2,4%, acima dos 2,3% estimados em julho e dos 2% projetados em abril. Para 2026, o número é de 1,9%, inferior aos 2,1% de julho e aos 2% de abril. O crescimento mais forte para o Brasil em 2025 pode ajudara explicar a estimativa um pouco mais baixa para a dívida bruta neste ano, reduzida de 92% do **PIB** em abril para 91,4% do **PIB** nesta quarta-feira.

No Monitor Fiscal, o FMI faz uma breve análise do Bolsa Família, numa seção dedicada ao estudo de casos de realocação de gastos públicos. "O caso do Brasil oferece lições valiosas sobre como integrar a proteção social às políticas educacionais para promover tanto a equidade quanto os resultados de aprendizagem", diz o texto, lembrando que o Bolsa Família, implementado em 2003, exige que as famílias garantam que seus filhos frequentem a escola e façam exames de saúde para receberem apoio financeiro. "Essa política aumentou significativamente a frequência escolar entre crianças de grupos de baixa renda, ajudando a reduzir as taxas de evasão escolar e a aumentar a equidade. Paralelamente, o aumento da matrícula escolar gerou um aumento acentuado na demanda por professores mais qualificados. Os gastos com educação pública aumentaram cerca de 3 pontos percentuais do gasto total entre 2002 e 2008."

O FMI e o Banco Mundial realizam nesta semana a

sua reunião anual, em Washington.

Fundo vê "lição valiosa" na integração de proteção social e educação feita pelo Bolsa Família

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250808>

Haddad vê economia global em águas desconhecidas

Giordanna Neves De Brasília

Na tradicional carta ao Comitê Monetário e Financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que boa parte da aparente resiliência das economias de alta renda decorre de uma antecipação temporária de comércio e investimento, o que mascara o peso da elevada incerteza e das políticas restritivas de comércio e migração, efeitos que, segundo ele, devem se tornar mais evidentes nos próximos meses.

No documento, o ministro ressalta que a economia global navega por águas desconhecidas, marcadas por tensões comerciais resultantes de medidas unilaterais que alimentam níveis recordes de incerteza.

Ele avaliou que esse quadro aprofunda um cenário já desafiador, marcado por um crescimento de longo prazo moderado, inflação persistente, juros elevados por mais tempo e maior vulnerabilidade da dívida, fatores agravados ainda pela iminente crise climática.

Haddad citou ainda que uma redução drástica na ajuda internacional ao desenvolvimento e o aumento das restrições à migração são novos elementos que também abalam as perspectivas de crescimento global.

"Encontramos conforto no fato de que os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento continuam sendo o principal motor do crescimento global. No futuro, devemos redobrar nossos esforços para construir uma nova globalização, na qual a prosperidade de cada sociedade seja uma condição para a prosperidade compartilhada da humanidade como um todo."

Haddad cancelou sua participação no encontro do FMI após o revés na medida provisória alternativa ao IOF, na semana passada. Ele permaneceu no Brasil para negociar alternativas diretamente com parlamentares e com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda assim, é tradição que o ministro da Fazenda encaminhe uma carta assinada ao Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC).

O ministro destacou que o FMI tem um papel insubstituível no centro da rede de segurança financeira global.

"À medida que restrições comerciais unilaterais remodelam mercados e aumentam a incerteza, o trabalho analítico do Fundo toma-se um farol altamente valorizado, ajudando os membros a navegar pelas águas turbulentas da economia mundial", escreveu. "É essencial que o Fundo preserve sua independência analítica e permaneça um forte defensor do multilateralismo, da previsibilidade e da formulação de políticas macroeconômicas baseadas em evidências", disse.

Ele disse ter recebido com satisfação a revisão da projeção de crescimento do Brasil pelo FMI para 2,4% em 2025, alta de 0,4 ponto percentual em relação ao relatório de abril. Segundo ele, o desempenho reflete a resiliência da economia brasileira, mesmo diante do ambiente global desafiador e das restrições ao comércio. "Essa resiliência, por sua vez, pode ser explicada por um perfil de exportação diversificado, um mercado interno forte e fundamentos macroeconômicos sólidos."

Em relação aos riscos e desafios estruturais que podem aprofundar os desequilíbrios globais, Haddad mencionou o envelhecimento populacional, a baixa produtividade, os riscos climáticos e o avanço do protecionismo. Ele expressou preocupação também com o aumento da desigualdade global, observando que os países de baixa renda têm enfrentado revisões mais acentuadas para baixo em suas projeções de crescimento, acesso cada vez mais restrito a financiamentos concessionais, elevação dos custos climáticos e queda nos fluxos de ajuda e remessas.

Na carta, o ministro afirmou que a política monetária deve continuar orientada por dados e ser comunicada com transparência, a fim de ancorar expectativas e preservar a credibilidade. No campo fiscal, defendeu que a consolidação favorável ao crescimento deve se apoiar no aumento da arrecadação doméstica, por meio da revisão de isenções ineficientes e regressivas e da adoção de uma tributação mais progressiva sobre renda e patrimônio. "Agora é o momento para os super-ricos pagarem sua parcela justa de impostos."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250808>

Haddad apresenta a Alcolumbre proposta para resgatar pontos da MP alternativa ao IOF

Ruan Amorim e Giordanna Neves De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), a possibilidade de resgatar pontos considerados "incontroversos" da medida provisória (MP) alternativa ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que perdeu a validade após não ser votada pela Câmara dos Deputados na semana passada. Após o encontro, que ocorreu na manhã de quarta-feira (15), o chefe da equipe econômica também se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutir o assunto.

Ao Valor, Alcolumbre disse que a conversa com Haddad foi "muito boa". Ao ser questionado sobre o encaminhamento que daria às matérias arrecadatórias do governo, o presidente do Senado não respondeu.

Entre as medidas elencadas pelo ministro da Fazenda está a revisão de cadastros e a limitação na compensação tributária, principal fonte de arrecadação prevista na MP, estimada em R\$ 10 bilhões neste ano e em 2026.

"Toda a parte de controle de cadastro, estava todo mundo de acordo. A questão do disciplinamento de compensação, estava todo mundo de acordo. Nem tinha emenda sobre isso, porque todo mundo entendia ali que fazia sentido. E é uma grande parte da MP. Mais de 70% da MPéisso", afirmou.

"Nem entendi por que isso não foi apreciado, porque era uma coisa que todo mundo concordava. Então eu coloquei para ele [Alcolumbre] as alternativas que nós temos, daquilo que é incontroverso, para nós recuperarmos de alguma maneira", completou.

O tema central da conversa foram os desafios para elaboração do Orçamento de 2026. Como mostrou o Valor, o governo trabalhou para adiar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), prevista para esta semana, para tentar negociar medidas que recomponham o espaço fiscal criado pela queda da MP alternativa ao IOF.

O vencimento da medida provisória cria um impacto de

R\$ 46,5 bilhões até 2026 nas contas públicas. Desse total, RS 31,5 bilhões correspondem à frustração de receitas, enquanto RS 15 bilhões se referem a medidas de contenção de despesas que também deixaram de valer.

O ministro afirmou ter apresentado ao presidente do Senado, ponto a ponto, os cenários possíveis e as leis em discussão no Congresso necessárias para viabilizar o fechamento do Orçamento. Segundo ele, Alcolumbre sugeriu um encaminhamento, mas Haddad evitou antecipar detalhes, ressaltando que ainda é preciso construir um acordo com a Câmara.

"O que nós precisamos é saber qual é a decisão que o Congresso vai tomar, mas garantir a consistência da decisão que envolve várias leis. Não adianta aprovar uma lei em uma direção e outra lei em outra direção. As leis têm que convergir para o mesmo cenário. E esse cenário tem que ser consistente, com as leis entre si, para que nós tenhamos uma execução orçamentária como nós tivemos em 2024 e 2025", disse.

Haddad afirmou que um dos cenários é manter o Orçamento como está e o outro, segundo ele, seria promover mudanças, ciente de que isso traria implicações para a peça final.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), que também participou da reunião com Alcolumbre, afirmou que o Executivo busca manter o texto da LDO, mas reconheceu que o cumprimento da meta prevista, de superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), pode não ser possível com a queda da MP.

"O governo está à disposição para perseguir o texto da LDO como ele está, com o centro da meta como está previsto. Porém, não bate o centro da meta previsto na LDO com a rejeição da medida provisória", disse.

Na mesma linha que Haddad, Randolfe apontou que a negociação com o Congresso para recompor o Orçamento está centrada na revisão de despesas, pauta que ele diz ter sido um consenso no âmbito da MP.

"Houve um amplo acordo no Congresso. Ninguém se posicionou contra o corte de gastos. Inclusive, os setores que chegaram a ser atingidos construíram um consenso sobre o texto que foi aprovado", ressaltou o líder do governo. (Colaboraram Sofia Aguiar, Renan Truf-fí, Gabriela Guido e Caetano Tonet)

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250808>

BC vê melhora em expectativas de inflação, ainda que lenta

Gabriel Shinohara De Brasília

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Nilton David, afirmou ontem que existem alguns sinais de que as expectativas de **inflação** estão caindo. "Não tão rápido como gostaria e não tão rápido que faça minha vida mais fácil", ponderou.

As edições recentes do relatório Focus mostram que a mediana das expectativas para este ano continua caindo. No entanto, as previsões de prazos mais longos não têm se movimentado com a mesma velocidade.

No início de outubro, as medianas para o IPCA do Focus eram de 4,80%, 4,28%, 3,90% e 3,70% em 2025, 2026, 2027 e 2028 respectivamente. Já na última edição, houve queda na mediana de 2025, para 4,72% e na de 2028, para 3,68%, mas manutenção em 2026 e 2027.

David proferiu palestra em um evento promovido pelo Goldman Sachs em Washington. O diretor está na capital dos Estados Unidos para participar de reuniões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. O presidente do BC, Gabriel Galípolo, e o diretor de assuntos internacionais e de gestão de riscos corporativos, Paulo Picchetti, também estão na cidade para esses encontros. Galípolo não teve compromisso público ontem.

Em evento promovido pelo banco J.P. Morgan, Picchetti destacou que a atividade no Brasil está desacelerando. "Estamos vendo a política monetária funcionar", afirmou.

O diretor observou que canais de transmissão da política monetária estão funcionando, como o crédito, e que o índice de

"[Expectativas de **inflação** estão caindo] não tão rápido como gostaria e não tão rápido que faça minha vida mais fácil" Nilton David

Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) mostrou desaceleração na leitura de julho.

Picchetti mencionou ainda preocupações de alguns agentes com a possibilidade de uma recessão no país, mas ressaltou que

o cenário-base do BC é apenas de desaceleração da atividade. A projeção da autoridade monetária é de crescimento do **PIB** de 2% neste ano e de 1,5% em 2026.

"Quando se trata das preocupações que vimos em termos de se a atividade está prestes a co-lapsar, um medo de recessão, de qual é o cenário-base do Banco Central de agora em diante, eu destacaria que o cenário-base é uma desaceleração de atividade, mas não ao ponto de levar a economia a uma recessão", afirmou.

Por sua vez, David destacou que o cenário é de "grande incerteza" e, portanto, o BC precisa se colocar na posição percebida como a menos arriscada para cumprir seu mandato. "Nesse caso, ter uma política monetária mais apertada do que seria se não tivesse as expectativas desancoradas e por um período

mais prolongado se não tivéssemos essas incertezas", disse.

Questionado sobre quanto é o período "bastante prolongado" de manutenção dos juros em patamar alto, como indicado nas comunicações oficiais do Banco Central, David afirmou que mais informações não são fornecidas não porque a autoridade não queira transmiti-las, mas porque "o nível de significância dos dados" que estão sendo vistos pelo BC "não é suficiente para produzir alguma indicação sobre isso ainda".

David também foi questionado sobre a redução em US\$ 577 milhões no estoque de swap cambial na virada de outubro. O diretor disse que não existe "um sinal" neste movimento. De acordo com ele, foi como uma cali-bragem e não algo relacionado a uma intervenção nem a algum sinal do Banco Central. "Tanto que, no momento em que fizemos, o mercado não se moveu", disse.

Ao falar sobre a apreciação que tem sido registrada neste ano pelo real, por sua vez, Picchetti destacou que não existe meta para o câmbio e que o BC não está contando com a valorização da moeda local para provocar uma queda de preços. O diretor ressaltou que a alta do real é em parte relacionada ao contexto global de outras moedas e em parte à política

monetária do Brasil. A taxa básica de juros, a Selic, está em 15% ao ano e foi mantida na última reunião.

"O câmbio flutua para absorver choques, é uma definição de livro-texto da política atualmente. Fora isso, como disse, o subproduto da política monetária é a apreciação que estamos vendo e não é ruim ter alguma sorte no processo também, mas isso não depende de nós", afirmou Picchetti.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250808>